

AS MÚLTIPLAS APREENSÕES DA CIDADE - DISCURSOS E PRÁTICAS QUE PROMOVEM DESIGUALDADES: EM QUESTÃO A RELAÇÃO ENTRE PARQUES E CIDADES¹

Doralice Barros Pereira (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/UFMG)²
Rogata Soares Del Gaudio (COLTEC/IGC/UFMG)³

RESUMO: Buscamos identificar as possibilidades de ampliar a biodiversidade e sociodiversidade na metrópole de Belo Horizonte a partir de olhares e construções simbólico-materiais expressas nas operações, políticas e práticas existentes ou em projeção. Como os discursos de *crise e escassez* dos elementos da natureza têm composto discursos/práticas que envolvem uma perspectiva multiescalar e engendram novas ideologias e desigualdades? Quais perspectivas de um outro apreender e projetar das cidades tem se tornado viável e acessível a uma gama mais ampla de pessoas e lugares tendo em conta as proposições: cidade saudável, cidade inteligente, cidade sustentável, cidade resiliente? Assim, nos interessa aqui debater as operações de revitalização/renovação nos últimos anos, sejam decorrentes de eventos e/ou de remoção/higienização de porções das metrópoles brasileiras promovendo a apostasia de indesejáveis. Para Belo Horizonte, quais ideologias e novas desigualdades têm sido produzidas nesses discursos/práticas? A articulação e otimização de grupos de pronta resposta com uma gestão mais planejada e inteligente pode ser uma estratégia positiva de contraprojeto à ordem estabelecida e conduzir a isonomia?

Palavras-chave: Parques urbanos;

Introdução

Os desafios do ambiente urbano em metrópoles e cidades são cada vez mais urgentes, pois saúde e bem-estar são influenciadores da vulnerabilidade de populações. Desse modo, é preciso observar as ligações biodiversidade/sociodiversidade no urbano,

¹ Essas reflexões fazem parte das discussões empreendidas no Projeto financiado pela FAPEMIG-Região Nord-Pas de Calais - APQ-03544-15 - Riquezas Compartilhadas, sub-projeto Riquezas naturais, diversidades naturais e diversidades sociais, coordenado por Eric Glon e Doralice Barros Pereira, contando com a participação de Lucie Morère e Rogata Soares Del Gaudio.

² Doutora em Geografia; Professora Associada III da Universidade Federal de Minas Gerais. End. eletrônico: pereiradb@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação; Professora Associada I da Universidade Federal de Minas Gerais. End. eletrônico: rogatasoares@gmail.com

em especial quando são remetidos aos sentidos imputados a *cidade saudável*, *cidade inteligente*, *cidade sustentável*, *cidade resiliente*. Essas proposições, aliadas a produção do espaço, imbricam todas as dimensões da vida e, portanto, estão conectadas a múltiplas realidades. Assim, a relevância e atualidade da temática abarcam múltiplos campos do conhecimento, para além da geografia.

Para este exercício é de grande mérito considerar quanto à sociodiversidade, a construção de diferentes grupos sociais como sujeitos (THERBORN, 1991), em suas peculiaridades que assim, podem se impor mais e melhor qualificados - no sentido do conhecimento e entendimento da sua vida. Aqueles que são alvo das novas normas e códigos, impostos aos seus territórios, podem se engajar mais e melhor quando o diálogo e a construção coletiva respeitam os diversos direitos presentes, não necessariamente para um consenso, mas por meio do dissenso, de modo a fecundar a realização da Política.

O presente texto traz em primeiro lugar, alguns conceitos que nortearão a análise; uma apresentação breve e geral de aspectos das metrópoles belorizontina e lilloise para, num terceiro momento, discutir as presenças dos Parques respectivamente: Municipal Américo Renné Gianetti – PMARG - no seu centro, e o Parque Natural Regional Scarpe-Escout - PNRSE. Tratam-se, portanto, de exemplos de complexa natureza, de pressões e de aberturas diversas as interpelações e participações públicas para um melhor entendimento entre usos/pressões controversos.

Situando a discussão

Para os propósitos desse texto, algumas considerações iniciais precedem as elaborações propriamente ditas. Assim, análise de texto com base na Análise do Discurso pressupõe, em nosso caso, elaborar um “olhar cruzado” entre as apresentações/representações⁴ de dois parques, a partir de material textual disponibilizado na Internet, a saber, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti (PMARG), em Belo Horizonte/Brasil e o Parque Natural Regional Scarpe-Escout

⁴ Para Lefebvre (1983, p. 62), as representações têm origem no vivido, esse imediato em que estão as singularidades, o diferente, as possibilidades. As representações não são simples fatos, nem resultados compreensíveis por sua causa, nem simples efeito; não são nem falsas nem verdadeiras, mas, simultaneamente, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas aos problemas reais e falsas na medida em que dissimulam objetivos reais. Toda realidade é mais rica do que a representação que se possa ter desta, contudo, a representação não pode ser entendida desvinculada das práticas sociais e do contexto no qual se insere.

(PNRSE), nos arredores de Lille/França. Eles distinguem-se em suas criações, configurações, escalas e nas relações com suas respectivas metrópoles. Essas guardam disputas significativas em termos de ocupação e usos incidentes na produção de seus espaços, ligados, por exemplo, a exploração minerária e a presença de recursos hídricos.

A linguagem “não opera como algo neutro, auto-referenciado, mas como um sistema simbólico que é uma forma de poder num certo campo social” (BOURDIEU, 1989, apud ALVES, 2006, p. 11). Para os autores, a linguagem funcionaria desse modo, como sistemas de dominação, posto que relacionados aos poderes material e simbólico acumulados por diferentes sujeitos⁵. Linguagem e produção do espaço, de discursos em torno de tal produção, bem como a relação sociedade e natureza, se imbricam,

assim como o espaço, a natureza encontra-se politizada, porque está inserida em estratégias conscientes ou inconscientes. O ordenamento de parques nacionais, etc., já é uma estratégia, embora uma pequena estratégia, talvez uma tática. (...) Reitero, portanto, que existe uma política do espaço, pois o espaço é político (LEFEBVRE, 2016, p. 65).

Dos textos selecionados, destacamos a presença do silêncio e do silenciamento nos processos de interpelação ideológica. A interpelação corresponde a “uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento” (PÊCHEUX, 1996, p. 149). Pelo menos três modos de interpelação ideológica existem, diz Therborn (1991): o primeiro modo aponta/afirma o que “existe e seu corolário, o que não existe, quem somos, o que é o mundo, como são a natureza e a sociedade (...)”; o segundo, em cada tempo e lugar, diz respeito ao fato de elas “[afirmarem] o que é bom, correto, justo, belo (...) e todos os seus contrários (...)”; e, por fim, o terceiro afirma o que seria “possível e impossível”, permitindo a construção dos sentidos de permanência e mutabilidade de determinada ordem/condição/sociedade (IDEM, 1991, p. 16).

Se há mecanismos e formas de interpelação ideológicas inscritas diretamente nos discursos, também o silêncio e o silenciamento são componentes simultâneos e presentes nas variadas manifestações discursivas: “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 11). Pois, ademais “as palavras, na

⁵As ideologias na sua interface entre o material e o subjetivo, conduzem com Therborn (1991) a afirmar todos somos sujeitos simultaneamente submetidos e qualificados. Submetidos ao “poder do príncipe”; às condições materiais; e qualificados tanto para manter a ordem existente, quanto para modificá-la.

perspectiva da análise do discurso, já são sempre discursos na sua relação com os sentidos” (IDEM, p. 171). A dimensão política do silêncio implica “tanto parte da retórica da dominação (e da opressão) como parte de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência) (...) há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’” (IDEM, p. 29 e 53).

As acepções de cidades em países como Inglaterra, França, Holanda e Bélgica favoreceram a ascensão do urbanismo, no século XIX. Tensões e crescente proliferação de epidemias, decorrentes das péssimas condições de salubridade e de industrialização exigiram de programas de saneamento, produção de moradias populares, apoiadas em uma racionalidade técnica dotada de objetividade e neutralidade científicas. Esse urbanismo, chamado por Martins (2000) de um *saber político*, trouxe um novo *modus* de intervenção estatista na urbanização. Infraestruturas físicas e sociais encorajaram os agentes que atuavam na produção do espaço, pela e para a urbanização, a perceberem nessas cidades, uma promissora frente de valorização de seus capitais.

Em Belo Horizonte e Lille isso não foi diferente. A natureza ocupou o centro de uma série de disputas entre sujeitos. Certas concepções de natureza⁶, e mesmo a nomeação e compreensão dos chamados processos naturais estão na estreita dependência das construções sociais das sociedades e permeiam as relações entre os homens. Assim, a produção do espaço tornou-se a busca pela elevação das rendas fundiárias urbanas no jogo complexo de suas imbricações contemporâneas, com vultosos acréscimos aos lucros e juros na esfera financeira.

Como compreender os negócios realizados/intencionados na produção dos espaços aliados a presença de resquícios de natureza natural e/ou domesticada? Que interpelações ideológicas e/ou formas de silêncio/silenciamento estão ou não, nos discursos acerca da relação sociedade/natureza, nos textos relativos aos Parques em análise, disponibilizados na internet? Quais discursos justificam mais e melhor a necessidade de se proteger o remanescente e/ou promover sua revitalização?

⁶ Lefebvre (1999) elucida dentre as formas de apropriação discursivas da natureza e seus elementos, a ideia para a construção das “novas raridades” como reserva de valor para o capital. A crítica é dirigida especificamente para a construção da ideia de finitude da natureza, da água, do ar, dos minerais convertidos de bens comuns a negócios e mercadorias. Registramos a construção ideológica não apenas de uma ideia, mas da materialidade de um processo/ideia pela comercialização de áreas verdes, privatização das águas, políticas de “sequestro de carbono”, dentre outras colocações.

O enfrentamento mais amplo dos problemas nos conduz a pensar a água e as áreas verdes, não somente como um bem e/ou recurso, mas, algo imprescindível como direito e necessidade⁷. Carências e necessidades se propagam na forma de valores e ideais e selecionam pessoas, grupos, comunidades (salvo todos os limites e possibilidades destes termos). Tal recrutamento prossegue entre aqueles que gostam e podem consumir determinadas coisas. Assim, temos o confronto valorativo entre natureza e civilização que, rumo à crítica ambiental, está calcado tanto no viés político quanto no valor intrínseco do mundo natural.

Belo Horizonte e Lille: apreensão de metrópoles para a biodiversidade/sociodiversidade

A cidade de Belo Horizonte, planejada para ser a capital de Minas Gerais, se torna metrópole nos anos 1950/60. Sua natureza, cuja vegetação favorecia um clima ameno, cedeu lugar aos arranha-céus e loteamentos, espraiados para além da Avenida do Contorno. A ocupação dos fundos de vales, meia-vertentes e vertentes se intensificou, abandonando o programado, desrespeitando declividades igual ou acima de 35°.

Situação e sítio geográficos belohorizontinos nos fazem pensar a biodiversidade combinada aos diversos elementos da natureza permeados pela sociodiversidade. Essa será responsável por buscar ambientes mais saudáveis, mas como conservá-los mesmo em uma metrópole? Um desafio que evoca o entendimento da sociodiversidade advindo da relação homem/natureza, em um cenário de crescente demanda pela ocupação do solo e aumento de população. Nesse contexto, a biodiversidade pode designar a “variedade de formas de vida em todos os níveis, desde micro-organismos até flora e fauna silvestres, além da espécie humana”, vislumbrada “em seu conjunto estrutural e

⁷ Para Chauí (1994, p. 28), um direito difere-se de uma necessidade ou carência, como também de um interesse. "Uma carência é sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum sem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Um privilégio é sempre particular e específico, não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. [...] Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, (...) [mas] válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. [...] A democracia funda-se na criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos. O autoritarismo social e a divisão econômica sob a forma da carência e do privilégio bloqueiam a emergência de uma sociedade democrática".

funcional, na visão ecológica do sistema natural, isto é, no conceito de ecossistema” (ALHO, 2012, p. 151). Tal entrelaçamento potencializa reconhecer

a complexa interação entre os seres vivos com as entidades não vivas, isto é, abióticas, onde as espécies ocorrem. A biodiversidade é parte importante desse sistema natural dinâmico em estrutura e função. O entendimento do ecossistema implica um enfoque interdisciplinar, com ênfase holística, já que é um sistema natural complexo. O enfoque destaca as interações e transações nos processos biológicos e ecológicos e entre eles no sistema natural como um todo. Usa e aprofunda o conceito físico-químico da termodinâmica, destacando o trânsito de energia (ALHO, 2012, p. 152).

Já a região *Nord-Pas de Calais*, onde se situa Lille, a indústria e a mineração de carvão na França foram pujantes entre o século XIX e 1990, quando foi fechada a última mina. A indústria na região a partir da década de 1970 declinou. Uma crescente penúria socioeconômica atingiu a população francesa e parte da belga, que cruzava a fronteira diariamente para servir como mão-de-obra nas minas.

Belo Horizonte foi construída e planejada segundo preceitos positivistas para ser a capital de Minas Gerais. Já Lille é parte de uma eurometrópole (Lille-Kortrijk-Tournai), que envolve dois estados nacionais França e Bélgica. Lille cresceu associada à indústria têxtil e a mineração, que se esgotou e deixou como herança paisagística imensos montes de rejeitos (*terril*), hoje implicados na ideia da Trama Verde e Azul (vegetação e água), que ressignificam as paisagens e usos locais.

Se há similitude nas concepções de natureza para os parques PMARG e PNRSE e seus conteúdos, há distinções marcantes na relação urbano/parque entre Belo Horizonte e Lille. Se em Belo Horizonte, o Parque Municipal Américo Renné Gianetti se encontra confinado no urbano, em Lille de outro modo, as cidades estão inscritas no Parque Natural Regional Scarpe-Escout, e este, se inscreve nas cidades. Então pensar a sociodiversidade instiga verificar as peculiaridades de suas estruturas e histórias.

O Parque Municipal Américo Renné Giannetti - PMARG: discursos sobre a relação sociedade e natureza na metrópole belorizontina

O PMARG é apresentado no site oficial de Belo Horizonte como aquele mais antigo da capital e muitas vezes, como o “pulmão da cidade”⁸. Ele foi projetado como

⁸ Construir um grande e maravilhoso parque na nova capital mineira era um dos objetivos de Aarão Reis, o presidente da comissão de construção e planejamento de Belo Horizonte. O parque segundo a comissão seria “o mais importante da América” (CAVALCANTE, 1992, p. 50) com funções de lazer,

área verde e uma das bases essenciais da vida social, já que sob sua proteção outros usos foram possíveis como a expansão imobiliária.

Naquele momento, no Brasil, a presença de áreas verdes no centro de cidades se voltava a uma estratégia higienista, de aumentar o espaço destinado à circulação, desenvolver projetos de educação sanitária e executar “uma gestão higiênica da miséria”, deslocando as habitações populares da área urbana. Esse parque então, mais que um “espaço verde público” é desde sua formação um espaço político, utilizado para controle social e propagar a imagem de modernidade de uma nova cidade que se edificava (PEDROSA, 2015).

Há aqui uma importante distinção em relação às informações referentes ao PNRSE, em Lille, formado e mantido conforme as adesões ou não das municipalidades por ele cobertas, ou seja, a aceitação e participação na sua gestão. O PMARG projetado para Belo Horizonte teve área original de 600 mil m², e no século XXI, apresenta apenas 112 mil m². Essa perda é explicada no site:

A partir de 1905, inicia-se o processo de perda de espaços para construções diversas como a Faculdade de Medicina, o Centro de Saúde do Estado, a Moradia Estudantil Borges da Costa, o Teatro Francisco Nunes e o Colégio Imaco. (...) Na década de [19]30, o parque perde mais uma grande parte de sua área, agora para as construções do Palácio das Artes, Teatro Francisco Nunes, prolongamento da rua Pernambuco (atual Alameda Ezequiel Dias) e Cidade Universitária (nesta área encontra-se hoje, dentre outros, a Fundação Hemominas, o Hospital da Previdência e o Hospital Semper) (Site da PBH, acesso em 13 jun 2016, inserção nossa).

Todavia, ao se considerar toda a ocupação do entorno, apenas a construção desses equipamentos teriam sido responsáveis pela redução de mais de 75% de sua área original? O que foi silenciado nessa explicação, plausível e aceitável, uma vez que todos enxergam e usam, de algum modo, esses equipamentos? O fato de que para além da construção desses aparelhamentos urbanos, houve a paulatina instalação de edifícios comerciais e residenciais que, ao longo do tempo, agregaram “valor” aos imóveis por sua proximidade com o parque. Senão, vejamos:

embelezamento e de purificação. Ele ocuparia o centro da futura capital substituindo a fazenda de Guilherme Ricardo Vaz de Mello, conhecida como *Chácara do Sapo*. O parque foi fundado oficialmente em setembro de 1897 e contou com trabalhos de urbanização de Paul Villon, arquiteto e paisagista francês que respeitou as características topográficas e ambientais locais. Além de vegetação exterior a Belo Horizonte, ele também plantou árvores nativas durante a construção da cidade (IDEM, p. 52-54).

Seja **exigente** more no Centro de Belo Horizonte no prédio mais tradicional **com linda vista espetacular para o Parque Municipal**. (...) Obs: o Apartamento foi reformado, tirando um quarto e aumentando a sala; tirou DCE e fez uma suíte. **Ano de construção: 1956.** (Disponível em: <http://imoveis.trovit.com.br/listing/apartamento-com-3-quartos-para-comprar-em-belo-horizonte.K1Q1G1p-1x1X1e> Acesso em 23 jun 2016, grifos nossos)

A história do PMARG, narrada no site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), de certo modo silencia a especulação imobiliária subjacente à (re)construção e revitalização de Belo Horizonte. No século XXI, continua-se a agregar valor imaterial aos imóveis, quando o Parque oferta uma “vista definitiva para a natureza”, disponível ao morador, exemplificada abaixo:

Excelente apartamento no **melhor ponto do Centro de BH**. Localizado na Av. Afonso Pena, **oferece uma bela vista para o parque municipal**. (<http://imoveis.trovit.com.br/listing/apartamento-com-3-quartos-para-alugar-em-belo-horizonte.51Jr1Kmf1v1Q>, acesso em 23 jun. 2016); **Apartamento antigo de frente para o Parque Municipal**. (http://www.vivareal.com.br/imovel/apartamento-2-quartos-centro-bairros-belo-horizonte-86m2-aluguel-RS790-id-69028165/?trv_cid=1cf04cf01aa85e8d9e278136606452e4c32a4daf&utm_source=Trovit&utm_medium=CPC&utm_campaign=cidade-belo-horizonte Acesso em 23 jun. 2016); **Apartamento com vista para a Serra do Curral e Parque Municipal** (http://www.imovelweb.com.br/propriedades/apartamento-para-aluguel-no-centro-2926198747.html?trv_cid=bd9ab4085850efd175af1cc41dc4d00a9fc9f6d4&utm_source=Trovit&utm_medium=CPC&utm_campaign=Aluguel&ocultarDados=true Acesso em 23 jun. 2016, todos os grifos nossos).

A visão de uma área ainda “verde” em um centro totalmente edificado, uma “localização” privilegiada porque próxima a múltiplos serviços, garantem aos proprietários dos imóveis/imobiliárias, a obtenção de renda sem qualquer outra forma de investimento pessoal, para além de sua aquisição ou herança imobiliária. As “revitalizações” feitas pelo poder público e a garantia, via tombamento oficial, de que o parque será mantido no seu sítio atual, agregam diferenciais “subjetivos” aos preços cobrados, e os fazem ser incluídos dentre as vantagens locacionais de ali se residir.

A existência do parque e suas associações com o urbano, nessa breve análise, nos permitem observar a ação dos mecanismos de interpelação face aos “futuros moradores/locadores/proprietários” em analogia ao que “existe, à natureza, ao que é bom e belo e em relação ao possível” (THERBORN, 1991).

A ideia de tranquilidade por meio da “natureza” – ainda que “confinada” pelo/para o urbano, quase uma herança de outrora, e relacionada ao lazer, esportes e vida saudável -, é reforçada no site oficial da PBH a propósito desse parque, e absorvida e reproduzida discursivamente em publicações do segmento imobiliário:

Em 2009, as margens da Lagoa dos Barcos e seus canteiros foram recuperados e telas protetoras foram instaladas ao seu redor. 7 mil metros quadrados foram **revitalizados**, com plantio de novas mudas, substituição de plantas, poda de gramado, limpeza da vegetação existente, colocação de lixeiras, pintura dos bancos, recuperação da calçada Portuguesa e dos cordões dos canteiros. (...) **O Parque Municipal Américo Renné Giannetti oferece diversas opções de lazer ao cidadão.**(...) O Parque abriga aproximadamente 300 espécies de árvores de todos os biomas brasileiros e de várias partes do mundo, como figueiras, ipês, eritrinas, jaqueiras, cipreste calvo, guapuruvus, pau mulato, pau rei e sapucaias, além de 330 espécies ornamentais como agapantos, lírios, ixórias, azaléias, moréias, marantas e bromélias. (...) **O Parque Municipal é um refúgio para a fauna silvestre**, que ali é composta por mais de 70 espécies de vertebrados – mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. **O visitante poderá observar animais como bem-te-vis, sabiás, garças, periquitos, gambás de orelha branca e o mico-estrela, animal símbolo de Belo Horizonte.** Há centenas de invertebrados dentre os lepidópteros, com 100 espécies de borboletas e mariposas, e outros insetos como abelhas e formigas que ajudam a manter o equilíbrio do meio ambiente. (...) Os recursos hídricos que encontramos no Parque Municipal promovem **um ambiente de tranquilidade bem no centro de Belo Horizonte.** O lugar é cortado pelo Acaba Mundo, que deságua no Ribeirão Arrudas, e que **foi transformado em galeria pluvial** (SITE DA PBH, acesso em 13 jun. 2016, grifos nossos).

A apropriação desses aspectos também por agentes imobiliários ou representantes discursivos reafirmam o que “existe, é belo, bonito, correto”, de modo a construir uma única formulação para o parque:

O **coração** de Belo Horizonte. Assim pode ser descrito o Centro da capital mineira. Localizado na Regional Centro-Sul (...), o bairro reúne parte do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Belo Horizonte. Tem uma característica mista por ser ao mesmo tempo residencial e comercial. Segundo o mais recente Censo do IBGE, 16.199 pessoas residem no bairro. Desde 2002, **o Centro vem sofrendo um processo de revitalização por parte da Prefeitura Municipal. Recuperação de ruas e edificações**, instalação de câmeras de segurança e alterações no trânsito para privilegiar os pedestres são algumas das ações exercidas. (...) Já **quem quer se exercitar ou apenas curtir uma grande área verde a melhor opção é o Parque Municipal Américo Renné Gianetti.** Aberto em 1897, antes mesmo da inauguração de Belo Horizonte, o Parque Municipal foi inspirado nos parques franceses da *Belle Époque*, com **roseiras** e coreto. Com área de 182 mil metros quadrados, possui flora

diversificada com mais de 50 espécies de árvores. **O parque é muito utilizado para exercícios físicos** e tem como **opções de lazer** quadras poliesportivas, brinquedos, barquinhos a remo, animais de montaria e eventos culturais (REVISTA ZAP IMÓVEIS, acesso em 23 jun. 2016, grifos nossos).

O título de abertura de um dos artigos nos instiga, aliás, o primeiro, no site da PBH: **“Vegetação ocupa o espaço urbano”**. Há uma inversão discursiva: não foi a cidade, em sua expansão que ocupou a área, mas a área verde que ocupa o centro da cidade. Todo o processo de expansão, destruição, reconstrução do urbano foi simplesmente “apagado”, silenciado com essa simples chamada que, aliás, contribui para a contínua valorização imobiliária do entorno, como evidenciado.

Os parques urbanos são espaços de usos públicos estruturados por uma vegetação que, inicialmente, eram dedicados ao lazer contemplativo da massa urbana. Com o crescimento urbano houve penúria de espaços semelhantes nas cidades, cuja multifuncionalidade atenua pressões e dinamiza a economia urbana, com atividades de lazer, cultura e turismo. Para Lefebvre (2000), a penúria de espaços verdes fez nascer outra forma de mercado: a comercialização da natureza com todas as suas reduções⁹. O mercado publicitário e o marketing aproveitam as possibilidades de fornecimento de funções físicas, mentais e fisiológicas¹⁰ dos parques e produzem “espaços naturais fetichizados” que dissimulam as relações sociais de produção existentes.

Então, mais que suas funções ecológicas de divertimento, psicológicas, de lugares de encontro, de expressão pública, cultural e artística, os parques urbanos podem adquirir a função de “vitrines”. Eles podem reproduzir uma imagem de um ambiente “limpo e seguro”, livre de conflitos sociais. Porém, esses últimos podem ser identificados a partir da convivência mais cotidiana que favorece a emergência de códigos invisíveis de apropriação espacial no interior do parque (por exemplo, a zona de consumidores de drogas, de traficantes, de travestis, etc.).

A concepção de áreas públicas respeitando os pontos de vista de uma classe poderá reproduzir espaços homogêneos que certamente excluirão os diferentes. Essa

⁹Redução, pois aqui a natureza não é natureza original e sim aquela dominada pelo homem, como em praças, jardins e os parques (LEFEBVRE, 2000).

¹⁰ As áreas verdes urbanas podem favorecer a qualidade de vida ao serem destinadas ao lazer, paisagismo e a preservação ambiental. Elas simultaneamente atuam do lado físico e mental do ser humano, pois reduzem ruídos, calor, aumentam a permeabilidade e umidade do solo, etc. Do lado psicológico, elas diminuem o sentimento de opressão do homem em relação às grandes edificações urbanas e contribuem para melhorar a estética da cidade (LOBODA et al., 2005, p. 131).

classe tenderá a transformar os espaços públicos em espaços de espetáculo aos transeuntes negligenciando as práticas sociais cotidianas (PEDROSA, 2015; SERPA, 2011, p.42-43). Esses espaços dominados determinam uma nova especialização, cuja apropriação definirá também, inclusões e exclusões controladas pelos gestores que evitaram grupos indesejados. Tal materialidade é, pois, bastante política e restritiva.

O Parque Natural Scarpe-Escaut - PNRSE: discursos sobre a relação sociedade e natureza na metrópole lilloense

A designação de parques naturais regionais foi criada na França em 1967 e teve como primeiro parque o PNRSE, instituído em 1968, sendo que existem hoje na França, 51 parques naturais regionais, que ocupam 15% de todo o território. Um Parque Natural Regional (PNR) corresponde a um território formado por diversos municípios que apresentam uma singularidade (paisagística, patrimônio natural, histórica ou cultural) e desejam voluntariamente se desenvolver sob a base da conservação e da valorização destes patrimônios (MORERE et al., 2014).

O PNRSE localizado nas planícies dos rios Scarpe e Escaut, daí seu nome, tem predominância de áreas úmidas, uma rede hidrográfica densa, com planícies aluvionares e vales úmidos. Sua floresta temperada se estende por 4 838 ha¹¹ com alguns setores classificados como reservas biológicas voltadas a assegurar sua conservação. O Parque envolve 55 municípios, num total de 192 000 hab., ou seja, 384 hab./km².

Ao ser comparado com outras regiões francesas, o PNRSE mostra uma forte taxa de desemprego, um saldo migratório negativo (hoje estabilizado), uma esperança de vida mais baixa, reduzido número de jovens de 20-30 anos, níveis de formação e de rendimentos também mais baixos. As principais atividades econômicas são a agricultura, o artesanato, a indústria e a atividade madeireira. Cerca de 60% da população economicamente ativa trabalha fora do PNRSE (INSEE, 2014).

Esse território de frágil equilíbrio, dada a sua proximidade com as metrópoles de Douai, de Valenciennes e Lille é confrontado por uma gama de pressões. O PNRSE atrai turistas e cidadãos urbanos desejosos de se instalarem em espaços rurais. Logo, a expansão urbana para certos setores do parque conduz então, a uma pressão fundiária que concorre, sobremaneira, com espaços agrícolas e naturais.

¹¹ <http://www.pnr-scarpe-escaut.fr/contenu-standard/la-foret-de-raismes-saint-amand-wallers>, acesso em 03 de março 2016.

As principais pressões que o ameaçam advêm da agricultura intensiva (drenagem, cultivo de cereais e pecuária tradicionais), de uma urbanização expressiva em seu território, além de poluições difusas – a água por exemplo possui o nível máximo 5, ou seja, está extremamente poluída. A dominância da água é realçada pelos 1200 km de “águas livres” (rios e córregos) e águas estagnadas (pântanos).

Os desafios – de existência do parque e sua conservação - são divididos com as populações que nele vivem e/ou a ele são ligadas. A fim de valorizar as singularidades territoriais e minimizar as pressões, os sujeitos são convocados a agir em favor: - da conexão entre zonas úmidas, como fator de biodiversidade; e - do papel das águas, como uma das riquezas partilhadas. Essa interpelação é direcionada no site:

Cada um de nós pode participar dessa rede. Se temos um jardim podemos, por exemplo, criar um lago. Podemos também **tratar um pasto**, uma fossa e **plantar somente vegetação local**. Cada ano é possível demandar plantas pela operação: “Plantas a decoração especial de lagos” (<http://www.pnr-scarpe-escout.fr/>, acesso 02 de junho 2016¹²).

O alvo da interpelação é expressivamente direto: o indivíduo, que não pode recusar sua participação na rede. Todo o texto sugere haver uma facilidade imensa, como se fosse simples criar um lago – uma abstração da realidade e de suas contradições. Se a escolha é por tratar um pasto ou plantar somente vegetação local, temos uma dimensão das ações e da escala. Todavia, a água é um elemento que requer um manejo mais complexo, ao interferir nos outros elementos do meio, amplia a circulação e altera com seus diferentes fluxos, volumes e massas, solos e vegetação. Então, as características locais são pensadas em suas singularidades e gestão detalhada,

Lagos, pântanos, canais, turfeiras, lençóis superficiais e subterrâneos... **a água está presente em todo lugar no Scarpe-Escout** e marca profundamente as **paisagens particulares** desse território. Ela alimenta florestas, reflorestamentos e terras cultivadas... Nomeamos quase **13 mil ha de zonas úmidas** que justificam o reconhecimento do território como uma das **152 zonas nacionais de maior importância**, ao lado da Camargue, os **pântanos** da Brenne e da Sologne ou ainda as **baías** de Somme e de Authie (IDEM).

¹² Todos os trechos franceses foram traduzidos por nós e possuem grifos para destacar elementos para a análise.

Se a água é o elemento paisagístico mais evidente no PNRSE, essa “riqueza partilhada” também une e confere um sentimento de orgulho ao próprio parque, nos termos do trecho acima registrado, por sua administração. Uma natureza apresentada, representada e reforçada no próprio nome do parque (Parque **Natural** Regional Scarpe-Escaut) como “natural” – guarda a historicidade de um espaço profundamente alterado pela ação humana, há pelo menos mil anos:

À grande escala, desde o século VII, essas zonas úmidas foram **intensamente transformadas** pelos monges das abadias de Marchiennes, d’Hasnon e de Saint-Amand-les-Eaux que parcelaram e secaram os pântanos para os cultivar. **Foram destruídos os espaços** para comportarem a construção de estradas, centros comerciais e novos loteamentos (IDEM).

Os serviços ambientais, utilidades, usos são sublinhados como benefício para a própria natureza, de modo a mantê-la em estado “saudável”:

Atualmente tomamos consciência dos papéis essenciais das zonas úmidas. Essas zonas de transição entre a terra e a água asseguram uma depuração natural da água, protegem os habitantes das inundações, atenuam o efeito de secas e acolhem uma biodiversidade rara. (...) **A presença de zonas úmidas é uma riqueza reconhecida** e o que é mais importante ainda é a conexão entre elas para que as espécies possam circular se alimentar e reproduzir. (...) O esquema regional de coerência ecológica, rede ecológica, trama azul, etc são atualmente reconhecidos com funções maiores das zonas úmidas protegidas pelos textos internacionais (convenção Ramsar, 1971) e nacionais (lei do desenvolvimento dos territórios rurais, 2006) (IDEM).

Ademais, o argumento associado à conservação se relaciona ainda ao discurso de necessidade de proteção das zonas úmidas. Esse, por sua vez, se vincula a uma discussão mais ampla e urgente a respeito da escassez hídrica do planeta, embora esta não apareça explicitamente: a que se deve a preocupação que o texto exala em relação às áreas úmidas?

Há uma normatização das ações relativas ao manejo e conservação do Parque, que coadunam com o “saber político” anteriormente mencionado (MARTINS, 2000). Na Carta do Parque¹³, quatro grandes “vocações” foram eleitas: terras de solidariedades;

¹³ Com o auxílio de vários atores e representantes das 55 municipalidades do Departamento do Norte e da Região Nord-Pas-de-Calais, além de outros atores locais interessados (associações, organizações socioprofissionais, instituições públicas...), foi elaborado um diagnóstico no qual foi definido, em conjunto, um projeto do território com cinco missões destinadas aos parques naturais regionais, com base no código ambiental: a proteção e gestão do patrimônio natural, cultural e paisagístico; a organização do

natureza e patrimônio; desenvolvimento refletido; mobilização – esta, em favor do território. Essas “vocações” foram derivadas em 13 “orientações” que, por sua vez, foram subdivididas em 46 medidas a serem desenvolvidas entre os municípios signatários para o período de 2010-2022. A equipe técnica do Parque faz o acompanhamento das atividades (CHARTE DE PARC, 2010-2022). Para ilustrar, citamos algumas medidas a serem alcançadas:

proteger a água; reforçar a atratividade econômica, enriquecer a biodiversidade, **sensibilizar as populações** em relação **aos interesses locais, dar** às populações os meios para agir e desenvolver uma **mesma qualidade de vida para todos** (QUE DIT LA CHARTE DU PARC ? PARC NATUREL RÉGIONAL SCARPE-ESCAUT -2010 – 2022, IDEM).

Essas ações, previstas e programadas envolvem todos os aspectos possíveis da vida do e no parque, a saber, a natureza, a ocupação, a educação, e mesmo, as formas de uso, apropriação e manejo. Vale lembrar ainda, que outros serviços e respostas são exigidos do Parque Natural Regional Scarpe-Escout, na medida em que ele integra um agregado transnacional de áreas protegidas, e junto com o Parque Natural das Planícies do Escout (na Bélgica) forma o Parque transfronteiriço do Hainaut. (IDEM)

Considerações finais

A proposta de criação de parques poderia desfrutar mais e melhor das pretensões de cidade saudável, cidade inteligente, cidade sustentável, cidade resiliente. Breve, eles como promotores de sociabilidades mais horizontalizadas, estimulariam a maior integração urbano/natureza. Ao ter em conta que o próprio urbano, em grande medida, é também natureza, profundamente alterada, almeja-se romper com a negação da natureza no urbano e de desigualdades e exclusões sociais – os simulacros, ainda que “naturais”.

Uma significativa diferença se antepõe entre o PNRSE e o PMARG: o primeiro inclui populações, vilas, cidades e atividades agrícolas e um passado associado à mineração como constitutivos do próprio parque – e define como “natural” aquilo profundamente manejado; o segundo pressupõe uma natureza mais preservada, porém,

território; o desenvolvimento econômico e social; a recepção, educação e informação; e finalmente, a experimentação, a inovação (artigo R 333-4 do Código ambiental). Esse projeto para o território se materializou na “Carta do Parque”, concebida para os futuros 12 anos e que pode ser contrária aos documentos de urbanismo. Com a nova lei da biodiversidade (2016), essa carta será feita para 15 anos.

“confinada” no/ao urbano. Se no PNRSE há a pressuposição fundante da participação dos moradores e usuários, inclusive para sua conservação, já no PMARG se reafirma a contemplação/embelezamento/calmaria. Seus frequentadores, usuários e transeuntes pouco ou nada decidem efetivamente a respeito das mudanças e/ou novas configurações que este parque possa vir a ter. Seus usuários usufruem do que é possível!

Referências

ALHO, Cleber J. R. Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. *Estud. av.*, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

ALVES, Mário A. Análise crítica do discurso: exploração da temática. Relatório Técnico. Fundação Getúlio Vargas, 01/2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAVALCANTE, Renaldo R. Aspectos da função social do Parque municipal Américo Renné Giannetti no contexto urbano/turístico de Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil. Monografia do curso de especialização em urbanismo - EA. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

CHAUÍ, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E. (Org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES (INSEE). Insee Dossier Nord-Pas-de-Calais, nº1, 2014. Disponível em: www.insee.fr/fr/insee_regions/nord-pas-de-calais/themes/insee-dossier/no_ind_01/no_ind_01_2.pdf. Acesso em: 22/03/2016

LEFEBVRE, H. *Espaço e política: o direito à cidade*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016

_____. *La production de l'espace*. Ed. Anthropos, 2000.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

_____. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Madrid: Morata, 1983.

LOBODA, Carlos R. *et al.* Áreas públicas urbanas, conceitos, usos e funções. *Ambience*. Guarapuava, Paraná, vol. 1, no. 1, p. 125-139, 2005.

MARTINS, Sérgio. O urbanismo: esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, nº 3, p.39-59, 2000.

MORERE, L. et al., "La participation au sein des espaces protégés habités, des dispositifs innovants pour un développement territorial renouvelé? Le cas du Parc naturel régional Scarpe-Escaut et de la mosaïques Sertão Veredas Peruaçu". Colloque franco-brésilien sur les questions d'aménagement et d'urbanisme. Lille, 2014, 20p.

ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. Unicamp. 6ª ed., 2007.

PECHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143- 152.

PEDROSA, Júlia B. Les impacts urbains des événements sportifs internationaux: Le cas du parc municipal Américo René Giannetti à Belo Horizonte (Brésil). Universidade de Montréal: dissertação em geografia, 2015.

Revista ZAP Imóveis. Disponível em: <http://revista.zapimoveis.com.br/conheca-o-centro-de-bh/> Acesso em 23 jun. 2016

SERPA, Angelo. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

THERBORN, Göran. La ideologia del poder y el poder de la ideologia. México: Siglo Veintiuno, 1991.

Sites consultados:

Site da Prefeitura de Belo Horizonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/servico-turistico/espaco-para-evento/aberto/parque-municipal-americorenne-giannetti>

<http://imoveis.trovit.com.br/listing/apartamento-com-3-quartos-para-comprar-em-belo-horizonte.K1Q1G1p-1x1X1e> Acesso em 23 jun 2016

http://www.vivareal.com.br/imovel/apartamento-2-quartos-centro-bairros-belo-horizonte-86m2-aluguel-RS790-id-69028165/?trv_cid=1cf04cf01aa85e8d9e278136606452e4c32a4daf&utm_source=Trovit&utm_medium=CPC&utm_campaign=cidade-belo-horizonte Acesso em 23 jun. 2016

http://www.imovelweb.com.br/propriedades/apartamento-para-aluguel-no-centro-2926198747.html?trv_cid=bd9ab4085850efd175af1cc41dc4d00a9fc9f6d4&utm_source=Trovit&utm_medium=CPC&utm_campaign=Aluguel&ocultarDatos=true Acesso em 23 jun. 2016

<http://www.pnr-scarpe-escaut.fr/contenu-standard/la-foret-de-raismes-saint-amand-wallers>, acesso 18 de outubro 2015.

<http://inpn.mnhn.fr/espace/protege/FR8000037>, acesso em 20 maio 2016.